



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, na sala 114 do Conselho Nacional de Educação _ CNE_ teve início a septuagésima sétima Reunião Ordinária da CONAES, com a presença dos membros da CONAES: **Senhor Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Senhor Luiz Fernando Massonetto** (SERES/MEC); **Senhor Robert Evan Verhine** (Notório Saber); **Senhora Maria Clara Kaschny Schneider** (Notório Saber); **Senhor Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Senhor Guilherme Marback Neto** (Notório Saber); **Senhor Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente); **Senhor Sandro de Oliveira Pimentel** (Representante do Corpo Técnico Administrativo); **Senhora Malvina Tânia Tuttman** (Presidente do INEP); além da **Senhora Claudia Maffini Griboski** (INEP/MEC); **Senhor Henrique Mongelli** (representante dos Conselhos Estaduais de Educação, convidado para esta reunião); **Senhor Hélio Chaves Filho** (SERES/MEC); **Senhor Webster Cassiano** (INEP) e **Senhora Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois** (Secretária Executiva da CONAES). O Presidente da CONAES **iniciou os informes gerais, comentando a Audiência Pública**, realizada no dia 13 de junho de 2011. O Senhor Robert Verhine argumentou que o *layout* do auditório dificultou a interação entre os participantes da audiência e os membros da CONAES. Relatou que ocorreram poucas manifestações. O Senhor Sandro Pimentel pontuou que foi longo o tempo dado para cada pronunciamento (15 minutos), tendo em vista que as pessoas trazem o texto pronto e o lêem rapidamente. Esclareceu ainda que uma exposição introdutória da CONAES é importante, porque muitos pontos já foram bastante discutidos e talvez não precisariam ser abordados, durante a Audiência Pública. Sugeriu que seja aberta a oportunidade de realizar manifestações aos que não fizeram inscrição, mas que desejem se pronunciar. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que a introdução seja a respeito da avaliação e não, do que é o SINAES. O Senhor Guilherme Marback sugeriu que seja dito algo, ao final da Audiência, dando respostas aos pronunciamentos, sem, contudo, gerar debates. O Senhor Henrique Mongelli relatou estar preocupado com as questões levantadas sobre as visitas *in loco*. Explicou que, caso os avaliadores não apliquem os instrumentos corretamente, de nada valeu o esforço em revisar os instrumentos. Além disso, pontuou que as considerações feitas pela ABED, acerca da relação aluno/professor, não foi cabível. O Senhor Reginaldo Meloni lembrou que, durante a Audiência Pública, alguns se pronunciaram de maneira geral, outros pontualmente, abordando indicador por indicador. Sugeriu que sejam separadas as considerações gerais, das específicas. O Senhor Robert Verhine concordou. O Senhor Sérgio Franco concordou que alguns aspectos devem ser explicados, contudo, ponderou que, durante a fala inicial, não se deve ficar justificando tudo, nem expressando a idéia de que eles não têm nada para contribuir. O Senhor Guilherme Marback ressaltou a importância de que, no início, seja dada uma breve contextualização. O Presidente da

[Assinaturas manuscritas]

[Assinaturas manuscritas]




CONAES relatou que será feito um sorteio para ordenação dos pronunciamentos nas próximas audiências públicas, tendo em vista o número elevado de inscrições realizadas. Relatou ter percebido a ausência das entidades ABRUEM e ANDIFES. Sugeriu que seja feito um novo contato com essas, para que participem das próximas reuniões. A Senhora Malvina Tuttman se prontificou em auxiliar, encaminhando convites às entidades e instituições por meio do INEP. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que cada contribuição escrita seja entregue a dois membros da CONAES, a fim de que esses realizem destaques para facilitar análise por parte de todos. O Senhor Robert Verhine sugeriu que a distribuição dos trabalhos fosse feita por categorias. Acerca da introdução realizada nas Audiências Públicas, o Presidente da CONAES sugeriu que essa fosse feita no power-point. Após os informes iniciais, o Senhor Sérgio Franco deu boas vindas ao Senhor Luiz Fernando Massonetto como membro efetivo da CONAES, representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES. O Senhor Luiz Fernando Massonetto expressou sua disposição em ajudar a CONAES. Explicou que a SERES foi constituída a partir de diretorias já existentes no MEC, as quais realizavam interlocuções com o INEP. Pontuou, também, que o INEP é quem continua fornecendo informações importantes à SERES, sendo, portanto, um parceiro fundamental. O Senhor Robert Verhine questionou onde ficará a competência de elaboração de instrumentos: na SESU ou na SERES. O Presidente da CONAES pontuou que o decreto nº 5.773 traz a diferença entre regulação e avaliação. Complementou dizendo que a existência de um espaço para discussão desses conceitos é importante. A Senhora Malvina Tuttman explicou que existe a interação entre a CONAES, INEP e MEC justamente para se chegar a uma resposta. Pontuou que todos esses órgão e entidades são responsáveis pela avaliação e isso não ficará sob a responsabilidade de um ou de outro. Relatou que, apesar de não ter participado da elaboração inicial dos instrumentos, com certeza a concepção desses partiu de princípios. Sobre a audiência pública realizada no dia 13 de junho de 2011, a Senhora Malvina Tuttman expressou que esperava colocações mais reflexivas sobre o SINAES, contudo, percebeu que os pronunciamentos foram pontuais. Parabenizou o Senhor Sérgio Franco por presidir sua primeira audiência pública. O Presidente da CONAES iniciou outro tema da pauta: o **Seminário sobre o SINAES**. Explicou que esse, a princípio, está para ser realizado em agosto. Informou que terá uma reunião com o Secretário Executivo, Henrique Paim, para tratar sobre o assunto. A Senhora Malvina Tuttman sugeriu que o seminário seja realizado no auditório da Biblioteca Nacional em Brasília e que se aumentasse o quantitativo para 500 pessoas. Sugeriram o mês de outubro para realização do seminário. Iniciou-se a discussão do outro ponto da pauta: **análise do instrumento de avaliação de pólos para cursos a distância**. O Senhor Sérgio Franco relatou que teve uma conversa com a ABED, a qual esclareceu a existência de duas posições distintas, por parte de especialistas, sobre avaliação de pólos para cursos a distância: a primeira é composta por um grupo a favor da não avaliação dos pólos; a segunda, considera essencial a avaliação. O Senhor Hélio Chaves esclareceu que se tem avaliado os pólos de cursos EAD, desde o ano de 2006. Relembrou que, antigamente, quando não havia avaliação dos pólos, esses funcionavam de maneira precária, em padarias, salões de beleza, dentre outros. Sugeriu que o indicador laboratórios específicos retornasse ao instrumento. Ressaltou que a ABED, ao defender a não avaliação dos pólos, deixa explícita sua posição favorável à regulação feita por meio do mercado. Explicou que essa posição já é uma concepção superada. Acrescentou dizendo que o instrumento de avaliação está bem elaborado, faltando apenas retornar a questão dos laboratórios. O Presidente da CONAES perguntou qual era a opinião do INEP sobre o assunto. A Senhora Cláudia Griboski relatou que o INEP entende que cada pólo necessita de uma

Antônio *me*

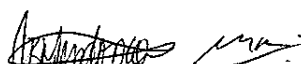
[Handwritten signatures]

visita específica, apesar da dificuldade enfrentada pela autarquia na emissão de tantas diárias e passagens. Afirmou que o INEP havia pensado em constituir comissões mistas, compostas por avaliadores com formação na mesma área do curso EAD a ser avaliado. Esclareceu que o projeto pedagógico deveria ser também analisado por um avaliador com conhecimento na área. A Senhora Malvina Tuttmann perguntou se o instrumento não poderia ser informatizado, minimizando assim os gastos com diárias e passagens. O Senhor Luiz Fernando Massonetto concordou que o processo deve ser racionalizado, visando o menor número possível de visitas *in loco*. O Senhor Hélio Chaves lembrou que há o poder discricionário de se dispensar visitas. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que são necessários indicadores que meçam o que a avaliação *in loco* possibilita, pois assim poder-se-ia dispensar as vistas. O Presidente da CONAES esclareceu que existem duas realidades distintas: a primeira diz respeito aos cursos de instituições públicas e privadas que passarão pelo processo de reconhecimento, os quais não podem ter a visita *in loco* dispensada; a segunda diz respeito à renovação do reconhecimento. Neste último caso, é possível a dispensa. O Senhor Sérgio Franco perguntou quantos cursos a distância existem, hoje. O Senhor Hélio Chaves pontuou que são 10.000 cursos, contando pós-graduação, e que são 5.000 pólos em funcionamento. A Senhora Cláudia Griboski refutou a informação, relatou que existem apenas 50 cursos reconhecidos. O Senhor Hélio Chaves esclareceu que todos os processos de reconhecimento estavam sobrestados, mas, que, agora, serão liberados. Explicou que, em média, existem 8 cursos por pólo. Ressaltou que são poucos os processos de renovação de reconhecimento de cursos EAD, pois os cursos foram implantados recentemente. Reforçou que, para a entrada no sistema, não se abre mão da visita. Relatou também que, quando os avaliadores realizam visita *in loco*, são impressionados com a estrutura física e, talvez por isso, não se atentem tanto para a funcionalidade do pólo. Pontuou que se tem discutido muito essa questão, junto ao INEP, visto que muitos avaliadores novatos ainda não estão imbuídos da metodologia de avaliação. O Senhor Sérgio Franco sugeriu um estudo sobre o assunto. O Senhor Hélio Chaves e a Senhora Cláudia Griboski ficaram responsáveis por realizar o estudo. O Senhor Robert Verhine levantou a hipótese de que devido ao elevado número de evasões nos cursos EAD, isso geraria um impacto na nota do ENADE. A Senhora Cláudia Griboski concordou. O Presidente da CONAES decidiu que ficará, para a próxima reunião da COANES, o estudo a ser realizado pela SERES e INEP acerca dos procedimentos da avaliação EAD. O Senhor Robert Verhine lembrou que a ABED insistiu em dizer, na Audiência Pública, que existem vários modelos de EADs não contemplados nos instrumentos de avaliação da CONAES. O Senhor Sérgio Franco respondeu que os instrumentos conseguem analisar todos os modelos de EADs, que são: fortemente baseado em papel impresso; fortemente baseado em vídeo conferência; fortemente baseado na internet. Ressaltou que, talvez, o Senhor Frederic Litto, da ABED, não tenha entendido o NSA. O Senhor Marcelo Knobel explicou que podem existir modelos de EAD sem tutores e que, nesses casos, os cursos não receberiam a nota máxima na avaliação. O Presidente da CONAES considerou encaminhada a situação e sugeriu que se iniciasse a análise do próximo tópico. A Senhora Cláudia Griboski pediu a palavra para falar sobre as provas do ENADE. Disse que foi feito um levantamento dos cursos que seriam avaliados, neste ano, e que se constatou a existência de várias áreas da engenharia com poucos alunos concluintes. Relatou que o ideal seria realizar uma dispensa do ENADE para esses alunos, reduzindo-se os tipos de provas a serem elaboradas pelo INEP, de 64 para 32. O Senhor Marcelo Knobel perguntou se não existiria, dentre esses cursos, algum com nomenclatura diferente, mas que correspondesse a outro, com maior número de concluintes. A Senhora Cláudia

1. 1. 1. 

Griboski esclareceu que não há como saber. O Senhor Henrique Mongelli sugeriu que os alunos, desses cursos, fizessem o tronco comum das provas do ENADE. A Senhora Cláudia Griboski relatou que isso interfere na análise dos dados. O Senhor Sérgio Franco perguntou que cursos seriam esses. A Senhora Cláudia Griboski informou que, naquele momento, não possuía essa informação, mas que solicitaria a um servidor do INEP para trazê-la à tarde. Relembrou que os cursos de Bacharelados Interdisciplinares também não possuem ENADE. O Presidente da CONAES perguntou como são avaliados os cursos em que os alunos não realizam ENADE. A Senhora Cláudia Griboski respondeu que é com vista *in loco* obrigatória. Debateu-se como são reconhecidos os alunos ingressantes. A Senhora Cláudia Griboski relatou que é por meio da inscrição no ENADE, feita por área. O Senhor Robert Verhine perguntou se para o cálculo do IDD são considerados os alunos ingressantes atuais, ou os de 3 anos atrás. A Senhora Cláudia Griboski respondeu que são os atuais. O Senhor Robert Verhine ponderou que seria mais interessante se fossem avaliados os alunos de 3 anos atrás, pois assim se teria uma amostra mais fidedigna. O Presidente da CONAES encerrou o primeiro turno da reunião. No período da tarde, **o Senhor Sérgio Franco iniciou apresentando a programação do seminário da CONAES.** A Senhora Cláudia Griboski sugeriu que a Ana Maria Retzl fosse uma das painelista do seminário, também sugeriu que o Senhor Webster Cassiano participasse do evento. O Senhor Robert Verhine pontuou que seria difícil retirar algum nome dos que já foram indicados para colocar outra pessoa. A Senhora Cláudia Griboski disse que não seria retirar, mas acrescentar. O Senhor Robert Verhine disse que, dessa forma, seriam muitas pessoas. O Senhor Sandro Pimentel perguntou como seriam esses painéis. O Senhor Sérgio Franco disse que esse seria o espaço para as pessoas realizarem debates. O Senhor Sandro Pimentel perguntou se teria espaço para as entidades que representam as IES. O Senhor Marcelo Knobel disse que esse não seria um momento político, seria mais acadêmico, por isso, talvez, não fosse o momento de se convidar as entidades. O Senhor Robert Verhine sugeriu diferenciar os coordenador dos relatores no seminário, pois assim poder-se-ia convidar mais pessoas. O Presidente da CONAES concordou em convidar as entidades: UNE, CONTEE e FASUBRA. Todos concordaram. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que, realmente, sejam realizados debates e não, exposições em power - point. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que a Senhora Cláudia Griboski fosse debatedora do painel 1; do painel 2, o Senhor Renato Pedrosa. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que esses fossem expositores. O Presidente da CONAES sugeriu que a Senhora Denise Leite fosse expositora do painel 3, ou o Senhor Robert Verhine. O Senhor Robert Verhine preferiu expor no painel 4, juntamente com o Senhor Lívio Amaral. A Senhora Cláudia Griboski sugeriu os dois como expositores: Robert Verhine apresentando o SINAES e Lívio Amaral, a CAPES. O Senhor Sérgio Franco propôs que o representante do CNE fosse o expositor. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que se entrasse em acordo sobre a data do seminário. A Senhora Maria Clara Schneider disse que não poderá participar caso esse ocorra em outubro. Discutiram opções de datas. Sugeriram 18 e 19 de outubro. O Senhor Sérgio Franco relatou que seu mandato termina em setembro. Sugeriram que o seminário fosse em setembro. O Senhor Guilherme Marback sugeriu um palestrante estrangeiro, para ilustrar modelos de avaliação estrangeiras. O Presidente da CONAES refutou dizendo que o objetivo do seminário será avaliar o que foi feito no Brasil. Sugeriu que, em outro momento, fosse feito um seminário internacional. Definiu a data do seminário: 18 e 19 de outubro de 2011. A Senhora Cláudia Griboski pontuou que nos seminários do INEP, geralmente, participam 500 pessoas. Sugeriu aumento do quantitativo previsto de participantes para o seminário da CONAES. Todos concordaram. Logo após, **iniciou-se a discussão sobre as áreas da engenharia que**





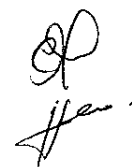
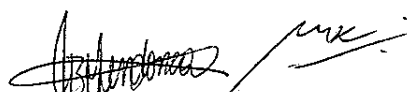
seriam avaliadas pelo ENADE. O Senhor Webster Cassiano explicou que as informações sobre os cursos de engenharia são do Censo de 2009. Relatou que existem 48 tipos de cursos de engenharias e que essas foram agrupadas em 8 grupos. Ressaltou que o problema é a elaboração das provas, que possuem 80 questões. Pontuou que alguns cursos são tão pequenos que possuem poucos alunos concluintes e isso impactará no resultado do ENADE. Explicou que são 10 itens gerais e 10 questões de engenharia, as quais deverão ser desmembradas devido à existência de várias denominações de engenharias. Relatou que o nome da engenharia é o OCDE. Pontuou que 90% dos alunos de engenharia estão concentrados em 15 OCDEs. Explicou que foi feito um agrupamento das OCDEs, para facilitar o trabalho, mas que, mesmo assim, não há recurso físico suficiente para elaboração dessas provas. Explicou que, para o grupo 1, sugere-se que a prova seja feita com base na OCDE que mais contemplar alunos; nesse caso: engenharia civil. Continuou explicando que, para o grupo 2, a prova seria baseada em algumas OCDEs. Nesta prova ter-se-iam 5 questões, dentre as quais os estudantes escolheriam 4 para responder. A respeito do grupo 7 e do grupo 8, pontuou que existem problemas referentes ao enquadramento de engenharias que não possuem especificações e definição de cursos de engenharias que, para muitos, não são considerados como tais. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu ignorar o agrupamento e realizar provas apenas para os cursos que tiverem maior quantidade de concluintes. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que se fizesse o corte em 90% dos alunos concluintes. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que se avaliassem cursos com mais de 1.000 alunos concluintes. O Senhor Webster Cassiano não concordou, porque a nota de corte seria menor, ou seja, mais alunos ficariam de fora. O Presidente da COANES ressaltou que estratégias de avaliação para cursos com poucos alunos deverão ser pensadas. A Senhora Cláudia Griboski lembrou que os cursos que não fazem ENADE sofrem visita *in loco*. O Senhor Henrique Mongelli pontuou que é preferível ENADE à avaliação *in loco*. O Senhor Luiz Fernando Massonetto discordou, disse que várias instituições preferem avaliação *in loco* ao ENADE. O Senhor Sérgio Franco lembrou que o modelo do SINAES prevê uma avaliação do estudante, por isso é preciso criar outros modelos de avaliação que não seja o ENADE. O Senhor Henrique Mongelli sugeriu que se pegasse outra base para se fazer essa análise, visto que o Censo é de 2009. Sugeriu a base do EMEC. A Senhora Cláudia Griboski respondeu dizendo que não há muita variação entre as bases. O Senhor Sérgio Franco ressaltou que o critério da nota de corte em 1.000 seria a melhor escolha. Sugeriu que fosse elaborada uma nota técnica esclarecendo o assunto, inclusive pontuando que os cursos, eliminados devido à nota de corte, poderão optar pela prova que desejem realizar. O Senhor Hélio Chaves ressaltou que nem todos os problemas estariam resolvidos, pois indicadores como o CPC poderão ser afetados. O Senhor Sérgio Franco perguntou, ao Senhor Webster Cassiano, como é feito o enquadramento. O Senhor Webster Cassiano explicou que é a própria instituição que escolhe a OCDE considerada adequada ao curso ofertado. Explicou que esse enquadramento pode ser feito até o penúltimo dia. Pontuou que, antigamente, as instituições até mudavam a OCDE para não realizarem o ENADE, contudo, hoje em dia, as IES preferem fazer o ENADE a receber uma visita *in loco*. O Presidente da CONAES decidiu definir quais seriam as áreas que o INEP focaria para elaborar as provas do ENADE. Definiu que no Grupo 1 seria engenharia civil. No Grupo 2: engenharia elétrica; controle e automação; eletrônica; telecomunicações. No Grupo 3: todos, ou seja, mecânica; industrial mecânica; naval, aeronáutica; aeroespacial; automotiva. No Grupo 4: química; alimentos. No Grupo 5: engenharia de materiais. No Grupo 6: engenharia de produção; produção mecânica; produção civil; produção elétrica; produção química; produção de materiais; produção metalúrgica. No

Assinado

90

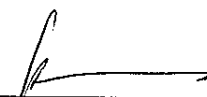
M


Grupo 7: ambiental; petróleo. No Grupo 8: engenharia florestal. O Senhor Robert Verhine sugeriu a entrada do curso de mecatrônica, no grupo 2. O Senhor Sérgio Franco não concordou. A Senhora Cláudia Griboski lembrou a questão dos cursos de bacharelados interdisciplinares (BI). Explicou que a dúvida seria a respeito de como realizar a inscrição dos alunos concluintes de engenharia que iniciaram no curso de bacharelado interdisciplinar. O Senhor Webster Cassiano explicou que como aluno ingressante ele seria dispensado, mas, como concluinte, haveria de se pensar em uma solução. O Presidente da CONAES considerou melhor que todos os cursos de engenharia, que possuem BI como entrada, passassem por avaliação *in loco*, ficando sem nota de CPC. Para o cálculo do IDD, o Senhor Sérgio Franco sugeriu que se pegasse uma amostra de ENEM não por instituição e sim, por região. A Senhora Cláudia Griboski ressaltou que para calcular o IDD o estudante tem que se inscrever, ou seja, a instituição tem que inscrever todos os alunos que estão de saída. O Senhor Sérgio Franco perguntou se entre os cursos de Bacharelados Interdisciplinares existem casos de renovação de reconhecimento. A Senhora Cláudia Griboski respondeu que sim. O Presidente da CONAES considerou prudente não inscrever os alunos do BI, ou inscrevê-los e não considerá-los, necessariamente, para o cálculo. Sugeriram estudos pelo INEP. **O Presidente da CONAES considerou oportuno discutir o indicador IGC.** Esclareceu que o IGC tem se baseado num CPC contínuo. Lembrou que o CPC pode ser alterado, por uma visita *in loco*, mas que, mesmo com a visita, o IGC fica congelado, por pelo menos 3 anos. Sugeriu que se pensasse em alguma forma para se alterar essa situação. O Senhor Luiz Fernando Massonetto relatou que o grande problema do CPC é o nome dele. Pontuou que esse indicador não é preliminar. Considerou também que dizer que o CC substitui o CPC é errado. O Senhor Sérgio Franco discordou. Disse que o CPC é um conceito que prevê o conceito de curso. Completou dizendo que o ENADE é uma prova, que ocorre de maneira incidental, e, portanto, a fidedignidade desse exame é fraca. Explicou que a lógica do CC substituir o CPC é justamente para melhorar o indicador. A Senhora Cláudia Griboski disse que o CPC não é bom. Relatou que perguntas como: “se o aluno frequenta laboratório”, não diz que o curso possui uma boa infra-estrutura; bem como: “se o aluno recebeu um plano de curso”, não significa que existe um bom projeto pedagógico do curso. O Senhor Robert Verhine pontuou que o IGC não contempla as 3 dimensões, mas, o CPC, sim. A Senhora Cláudia Griboski disse que não deveria haver uma conversão do CPC, em CC. Pontuou que se deveriam ter os três indicadores no sistema, sem substituições. Explicou que existiriam três colunas: ENADE, CPC, CC, e permaneceria um preditor para avaliação *in loco*. O Senhor Sérgio Franco lembrou que o CPC foi criado para prever e não para ser outro índice. O Senhor Luiz Fernando Massonetto defendeu o encadeamento lógico, mas sem substituição. A Senhora Cláudia Griboski argumentou que a discussão é válida, pois o INEP tem recebido recursos, para reavaliar o IGC de instituições que tiveram CI insatisfatório. O Presidente da CONAES concordou, contudo, relatou temer que o ENADE se torne provão novamente. Lembrou que há uma confusão sobre o CC e o CPC na Portaria nº 40. O Senhor Robert Verhine pontuou que o CPC surgiu porque não se podem visitar todos os cursos, mas o IGC não surgiu para isso. O Senhor Luiz Fernando Massonetto pontuou que o INEP deve ter a função de fornecer vários tipos de indicadores, cabendo a regulação, optar por apenas um. O Senhor Sérgio Franco encerrou a reunião com o encaminhamento de que o INEP deverá trazer algo sobre esses indicadores para a próxima reunião. E não havendo nada mais na proposta de pauta que pudesse ser desenvolvido na reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e eu, Juliana Bueno





Mendonça Ribeiro Frois, para tudo constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes, depois de lida e aprovada.

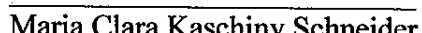
Brasília, 12 de junho de 2011.



Sérgio Roberto Kieling Franco
(Presidente)

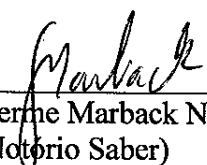

Reginaldo Alberto Meloni
(Representante do Corpo Docente)

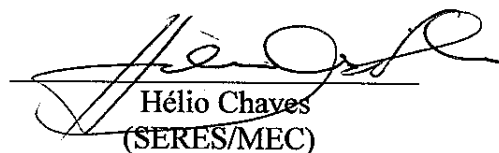

Robert Evan Verhine
(Notório Saber)

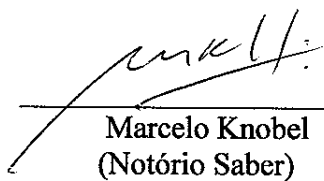

Sandro de Oliveira Pimentel
(Representante do Corpo Técnico Administrativo)

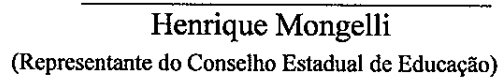

Maria Clara Kaschiny Schneider
(Notório Saber)

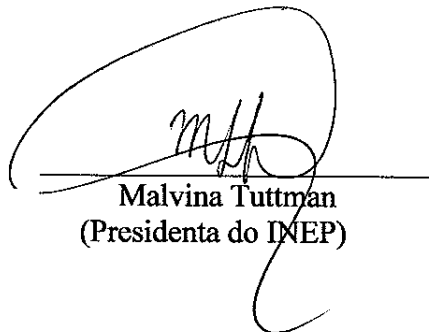

Luis Fernando Massonetto
(SERES/MEC)

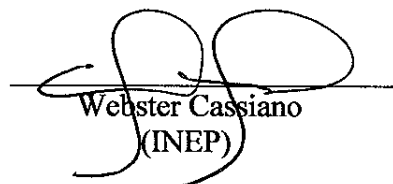

Guilherme Marback Neto
(Notório Saber)

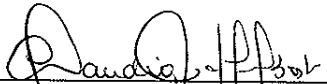

Hélio Chaves
(SERES/MEC)

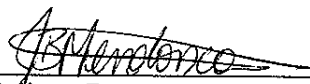

Marcelo Knobel
(Notório Saber)


Henrique Mongelli
(Representante do Conselho Estadual de Educação)


Malvina Tuttman
(Presidenta do INEP)


Webster Cassiano
(INEP)


Cláudia Maffini Griboski
(INEP)


Juliana Bueno M. R. Frois
(Secretária Executiva da CONAES)

